

RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.845 - PE (2014/0342696-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOSÉ ALBERTO MARQUES LISBOA FILHO
ADVOGADO : KARLA DE ALBUQUERQUE MENDONCA - PE020762

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. LAUDÊMIO. COBRANÇA. IMÓVEL. NECESSIDADE DE DEVIDO PROCESSO LEGAL EM RELAÇÃO À NOVA DEMARCAÇÃO DA LPM E DA LLTM. NÃO OBSERVÂNCIA. NULIDADE DA COBRANÇA DE LAUDÊMIO, COM A RESSALVA DA POSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. A certidão emitida pelo SPU informando que determinado imóvel não é terreno de marinha não se constitui em documento apto a impedir seu posterior enquadramento, através de regular processo demarcatório, pois reflete, apenas, o estado do imóvel no momento de sua emissão e não há direito adquirido a situação jurídica do imóvel em face da natureza constitucional do direito público de propriedade em relação aos terrenos de marinha e do caráter imprescritível do direito respectivo atribuído à UNIÃO, conforme, inclusive, posicionamento da jurisprudência do TRF da 5ª Região.

2. Contudo, para que a nova demarcação, da LPM (linha de preamar média) e da LLTM (linha de limite de terreno de marinha) possa atingir direitos de proprietários de imóveis devidamente registrados no registro de imóveis e, portanto, identificáveis pela SPU durante, o processo de demarcação, devem eles ser intimados/citados pessoalmente no processo-demarcatório, conforme previsto no art. 11 do Decreto-Lei n.º 9.760/46), sob pena de ofensa ao devido processo legal, conforme entendimento da jurisprudência do STJ e do TRF da 5ª Região.

3. No caso em exame, conforme se vê dos autos, a União não intimou o autor, atribuindo-lhe prazo para impugnações à demarcação da LPM e da LLTM.

4. São nulos, portanto; os efeitos do processo de demarcação da LPM e LLTM em relação à Autora, ora apelada, por ofensa ao devido processo legal, assim como é nula a cobrança do laudêmio em relação ao imóvel objeto do feito, ressaltada a possibilidade de a

Administração Pública proceder a novo lançamento após o devido processo legal em relação à alteração dessas linhas" (fls. 362/363e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 366/379e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. LAUDÊMIO. COBRANÇA. IMÓVEL. NECESSIDADE DE DEVIDO PROCESSO LEGAL EM RELAÇÃO À NOVA DEMARCAÇÃO DA LPM E DA LLTM. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

1. Embargos de declaração opostos em face do acórdão prolatado nos presentes autos, onde esta Turma negou provimento à apelação e à remessa oficial, considerando a nulidade dos efeitos do processo de demarcação da LPM e LLTM em relação ao autor por ofensa ao devido processo legal e a nulidade da cobrança do laudêmio em relação ao imóvel objeto do feito.

2. Requer a embargante que seja sanada a omissão quanto à apreciação da prova que demonstrava ser o imóvel cadastrado junto à SPU desde 1997 e à aplicação dos Decretos-Lei nºs. 9.760/46 e 2.398/87, do art 37 da CF e do art. 53, da Lei nº. 9.784/99. Atribui, por fim, aos embargos a finalidade de prequestionamento.

3. Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridade, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem na decisão judicial. Essa modalidade recursal só permite o reexame do decisum embargado para o específico efeito de viabilizar um pronunciamento jurisdicional de caráter integrativo retificador que esclareça o conteúdo do julgado.

4. No tocante ao prequestionamento de dispositivos legais, tem-se que o mesmo, objetivando evitar a inovação quando da análise da matéria pelos Tribunais Superiores, é admitido pela doutrina desde que a matéria seja ventilada por ocasião da elaboração da peça recursal, por ser imprescindível que o órgão 'ad quem' adote explicitamente alguma tese a respeito do tema discutido, tornando-se assim 'res' controversa. Requer, ainda, tal prequestionamento, como condição de admissibilidade, que o recorrente demonstre a razão pela qual os dispositivos legais restaram vulnerados.

5. Constatando-se que a decisão embargada analisou toda a matéria trazida à discussão diante do arcabouço probatório constante dos autos, com aplicação da lei de regência, concluindo, em síntese, que, para que a nova demarcação da LPM (linha de preamar média) e da LLTM (linha de limite de terreno de marinha) possa atingir

direitos de proprietários de imóveis devidamente registrados no registro de imóveis e, portanto, identificáveis pela SPU durante o processo de demarcação, devem eles ser intimados/citados pessoalmente no processo demarcatório, conforme previsto no art. 11 do Decreto-Lei n.º 9.760/46), sob pena de ofensa ao devido processo legal, não há que se falar em omissão no presente julgado quanto à apreciação da prova que demonstrava ser o imóvel cadastrado junto à SPU desde 1997 e à aplicação dos Decretos-Lei n.ºs. 9.760/46 e 2.398/87, do art. 37 da CF e do art. 53, da Lei n.º. 9.784/99.

6. O juiz, ao proferir a decisão, não está obrigado a examinar todos os fundamentos de fato e de direito trazidos para discussão, podendo conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída, seja pelo autor, seja pelo réu, não se encontrando, portanto, obrigado a responder a todas as alegações das partes, nem a mencionar o dispositivo legal em que fundamentou sua decisão, cumprindo ao mesmo entregar a prestação jurisdicional, levando em consideração as teses discutidas no processo, enquanto necessárias ao julgamento da causa, indicando tão-só o fundamento de sua convicção no decidir.

7. Os embargantes buscam rediscutir a matéria já decidida. Frise-se que os embargos de declaração, ainda que interpostos para fins de prequestionamento, não se prestam para a revisão do julgamento.

Precedente desta Corte.

8. Embargos de declaração conhecidos e não providos" (fls. 387/388e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. **535 do CPC/73, 1º, 9º, 11, 13 e 198 do Decreto-Lei 9.760/46, 1º e 3º do Decreto-Lei 2.398/87 e 1º do Decreto-Lei 20.910/32**, sustentando que: a) o acórdão foi omissivo sobre a alegação de que o imóvel havia sido demarcado antes da aquisição pelo autor, b) a pretensão da parte autora, no que diz com a nulidade da citação por edital, está prescrita, c) "a utilização do edital na fase do processo de demarcação da LPM não traz qualquer prejuízo à defesa do particular" (fl. 410e), d) legal o "processo demarcatório da linha de preamar médio de 1831 em relação ao imóvel de propriedade do Recorrido" (fl. 414e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 438e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não

incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Quanto à alegada ofensa ao art. 1º do Decreto-Lei 20.910/32, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que

impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

De outro lado, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que as teses recursais contidas nos **artigos 3º do Decreto-Lei 2.398/87, 1º e 9º do Decreto-Lei 9.760/46** sequer implicitamente, foram apreciadas pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Acrescente-se que, se a parte recorrente entendesse persistir algum vício

no acórdão impugnado, imprescindível a alegação de violação ao art. 535 do CPC/73, **no ponto**, por ocasião da interposição do Recurso Especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Ademais, o tribunal de origem concluiu pela invalidade do procedimento administrativo, sem a observância do devido processo legal e garantia do contraditório, consequentemente, afastando as cobranças relativas ao terreno.

No ponto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora